



JOSÉ MARÍA GÓMEZ*

DE PORTO ALEGRE A MUMBAI O FÓRUM MUNDIAL E OS DESAFIOS DO MOVIMENTO ALTERMUNDIALISTA

O FÓRUM SOCIAL MUNDIAL (FSM) está no centro de um intenso debate político. Poderia-se afirmar, não sem razão, que o debate remonta ao nascimento da experiência, em janeiro de 2001, como ampliação inevitável das discussões desencadeadas pela emergência do movimento altermundialista, do qual o Fórum se tornou expressão e referente simbólico primordial. Mas isso ocultaria não só o salto dado pelas discussões recentes, como também os motivos principais que as impulsionaram. De qualquer modo, em janeiro de 2003, concluída a terceira edição consecutiva do FSM em Porto Alegre (cuja preparação e realização evidenciaram problemas organizativos e de concepção) e confirmada a convocação para 2004 em Mumbai, Índia, havia poucas dúvidas entre os participantes e organizadores de que uma bem-sucedida, embora problemática, fase de construção acabava de fechar-se e de que outra nova, talvez mais imprevisível e difícil, abria-se com o objetivo de expandir e de aprofundar a mundialização do próprio Fórum. O certo é que parecia ter chegado o momento impostergável de repensar o formato, o conteúdo e a eficácia política deste instrumento privilegiado do movimento contra a globalização neoliberal, a guerra e o domínio imperial, à luz não só de uma vertiginosa

* Professor-pesquisador do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil.



trajetória de implantação e consolidação, como também das limitações e das oportunidades inerentes a um contexto global cambiante e cada vez mais desafiador. Algo assim como a percepção generalizada de estar diante de uma “crise de crescimento” que, ao colocar em jogo o próprio futuro do FSM, alimenta exercícios de balanço e de perspectivas sobre o conjunto do processo de constituição de um sujeito *sui generis* de transformação transnacional e de sua principal expressão política.

Não se propõe com estas notas a realização de uma apresentação ordenada do debate, com suas múltiplas posições, controvérsias e propostas concretas. Trata-se antes de esboçar uma avaliação parcial (no duplo sentido do termo, do ponto de vista e das dimensões e aspectos escolhidos) do processo referido, realçando elementos de interpretação em torno de certas questões consideradas fundamentais sobre a natureza, o sentido e o alcance político do FSM no contexto global atual.

AUTODEFINIÇÃO

Tentar caracterizar o Fórum significa entrar num terreno de intermináveis desacordos, onde a proliferação dos termos é acompanhada, com frequência, de conotações mais ou menos exaltadoras ou pejorativas de seus usos (nova internacional, movimento pela justiça global, Conferência de Bandung resuscitada, partido de oposição, Woodstock político-cultural itinerante, etc.) (Waterman, 2003; Hardt, 2002; Monereo, Riera e Valenzuela, 2002; Diaz-Salazar, 2002; Sader, 2003). Talvez não pudesse ser de outra maneira. Primeiro, porque não parece fácil decifrar a natureza de um fenômeno político transnacional que, sem desconhecer precedentes históricos nem ambigüidades de origem, traz consigo uma notável novidade. Segundo, porque definir o que é e não é tem pesadas implicações intelectuais e políticas, que afetam tanto a tarefa de descrição, explicação e avaliação como a ação política que se pretende imprimir.

Conforme reza a Carta de Princípios (CP) –essa espécie de texto de fundação que proclama uma identidade valorativa, critérios de inclusão e exclusão e importantes aspectos organizacionais e de metodologia–, complementada por outros documentos elaborados pelo Conselho Internacional (CI) e pela Secretaria Internacional/Comitê Organizador (SI/CO)¹, o FSM se autodefine como um espaço de encontro e intercâmbio de experiências, de

1 A Carta de Princípios foi aprovada e adotada em São Paulo, em abril de 2001, pelas entidades que constituem o Comitê Organizador do FSM, e aprovada com modificações pelo Conselho Internacional em junho do mesmo ano.

debate democrático de idéias e de articulação de propostas de ação de movimentos sociais, ONGs, redes de ativistas e demais organizações da sociedade civil que se opõem à globalização neoliberal, ao domínio imperial e à guerra. Em vez de um evento anual centralizado ou uma sucessão de eventos de distinta índole que lhe dão apoio, trata-se de um processo permanente e global de busca de alternativas tendentes a construir “outra” globalização, uma globalização solidária baseada no respeito aos direitos humanos, ao meio ambiente, à democracia internacional, à justiça social, à igualdade e soberania de todos os povos. Daí a estratégia de mundialização adotada pelo Conselho Internacional em 2002, reforçada em 2003, com o objetivo fundamental de estender-se geográfica, social e culturalmente através da multiplicação de fóruns regionais e temáticos, além daqueles nacionais e dos locais, suscitados pela dinâmica. A decisão de realizar o quarto encontro anual pela primeira vez fora de Porto Alegre, na Índia, respondeu precisamente a esse objetivo (embora a volta ao lugar de origem esteja prevista para 2005 e, a partir de então, a cada dois anos).

Apresentando-se como um espaço de troca, debate e articulação de movimentos e organizações da sociedade civil de todos os países do mundo, o FSM não pretende, contudo, se erigir “em instância de representação da sociedade civil mundial” (Comitê Organizador e Conselho Internacional, 2001). Por isso se afirma que suas reuniões não têm caráter deliberativo e que “ninguém estará autorizado a manifestar em nome do Fórum e em qualquer de seus encontros, posições que fossem atribuídas a todos seus participantes. Os participantes não devem ser chamados a tomar decisões por voto ou por aclamação –como conjunto de participantes do Fórum– sobre declarações ou propostas de ação que incluam a todos ou à maioria, e que se proponham a ser decisões do Fórum enquanto tal” (o que não os impede, certamente, de deliberar sobre declarações e ações a serem desenvolvidas de forma isolada ou articulada entre si) (CO e CI, 2001). Tais disposições, objeto de incessantes polêmicas, são a consequência direta de uma concepção do Fórum enquanto “espaço plural e diversificado, não-confessional, não-governamental e não-partidário, que articula de maneira descentralizada e em rede entidades e movimentos que estejam envolvidos em ações concretas pela construção de um mundo diferente, local ou internacional” (CO e CI, 2001), com a exclusão explícita das organizações e movimentos armados. Ou seja, um espaço aberto, plural, diverso e horizontal, cujas condições de existência (proibição de declarações que imponham compromissos a todos; estímulo à multiplicação de contatos entre todo tipo de organizações e a interação de debates e agendas; estruturação do processo a partir de movimentos e organizações da sociedade civil, com independência dos partidos, governos e instituições internacionais) buscam

reduzir ao máximo “as disputas de poder” em seu seio (Conselho Internacional do FSM, 2004).

TRÊS TENTAÇÕES

Da leitura dos documentos depreende-se que o FSM não pode ser considerado, em si mesmo, um movimento social internacional, um agrupamento internacional de ONGs ou uma mega-rede de ativistas transnacionais –ainda que estes atores não-estatais sejam seus protagonistas por excelência–, nem muito menos uma internacional de partidos ou uma instituição intergovernamental. Mas o que importa é saber se o Fórum é o que diz ser e por que. E, para isso, numa primeira aproximação, parece conveniente neutralizar algumas tentações reducionistas que freqüentemente interferem na caracterização política do fenômeno.

A primeira tentação caminha ao lado de uma visão simplificada do FSM que tende a limitá-lo aos encontros anuais e fixá-lo no tempo às condições de origem. Isto não implica, desde logo, ignorar o papel chave, acumulativo e contagiante desempenhado pelas três realizações em Porto Alegre e a mais recente, em Mumbai, com seus fóruns paralelos e as incontáveis atividades informais (seminários, caminhadas, manifestações culturais); tampouco supõe o desconhecimento de certas marcas de nascimento. No caso de Porto Alegre, elas estão visíveis no modelo organizacional adotado (por exemplo, a influência desmesurada do Comitê Organizador brasileiro, com sua curiosa composição majoritária e sobreposta de ONGs, ou a excessiva proximidade com o Partido dos Trabalhadores [PT]), assim como no perfil geográfico euro-latinoamericano predominante. Afinal, foi de uma iniciativa franco-brasileira, entre ONGs e a Association pour la Taxation des Transactions financiers pour l'Aide aux Citoyens (ATTAC) / Le Monde diplomatique, que nasceu o primeiro FSM como um deliberado “anti-Davos” (Whitaker, 2001; 2004; Cassen, 2003; Sader, 2003). Já as marcas de Mumbai são diferentes: participação direta de partidos políticos de esquerda na organização do evento, forte presença de movimentos populares e de excluídos, não-aceitação de financiamento por fundações internacionais, novas incorporações temáticas (castas, fundamentalismo religioso, nacionalista e étnico, etc.), presença significativa de delegações de países asiáticos, além da tentativa fracassada de um fórum dissidente –Resistência Mumbai 2004– por parte de grupos políticos que reivindicam a luta armada e questionam o reformismo e a falta de radicalidade do FMS (Murthy, 2004; Ferrari, 2004; Villanueva, 2004; Weber, 2004). O mais importante, contudo, é não perder de vista a extrema complexidade,

dinâmica e potencial de um inusitado processo de mudança em escala global que o espírito mais imaginativo e otimista jamais teria previsto quatro anos atrás. Um processo que não só estimula a formação e interação entre numerosos fóruns continentais, regionais e temáticos, mas que gera a disseminação de fóruns nacionais e locais pelo mundo, que inclusive escapam ao conhecimento dos organizadores do FSM. Daí a necessidade e a urgência de empreender um trabalho sistemático de memória de todas essas experiências, a fim de alimentar, através de distintos meios (papel, vídeo, eletrônico, exposições itinerantes) e com um claro objetivo didático, o debate em curso sobre os mais variados eixos, níveis e formas de organização, participação, temas, resistências e propostas de ação (Cassen, 2004). Cabe assinalar que tal tarefa, ainda que de maneira ainda tímida e incompleta, já começou a dar seus primeiros frutos em relação ao terceiro encontro de Porto Alegre –acabam de ser publicadas as conferências, os painéis, as atividades auto-organizadas, as mesas de diálogos e controvérsias e os resultados de uma pesquisa sobre o perfil de participantes (Secretaria Internacional do FSM, 2003)–, enquanto se renovam as promessas de que será levado adiante um trabalho similar com Mumbai e com o segundo Fórum Social Europeu (FSE).

A segunda tentação consiste na tendência a concentrar a análise exclusivamente no FSM, dissociando-o por um lado dos movimentos sociais, ONGs, redes de ativistas transnacionais e numerosos coletivos políticos e sociais que nele participam e que compõem o movimento altermundialista; e por outro, do contexto global, regional, nacional e até local em que tais atores e fóruns operam e interatuam. Na realidade, O FSM não é um “fabricante” de movimentos e organizações sociais dos mais variados tipos e procedências; na melhor das hipóteses, desempenha o papel de “facilitador” ou de “cristalizador” dos mesmos (Whitaker, 2002; Cassen, 2004). Por isso, não é por acaso que vários dos traços distintivos que lhe são atribuídos (que ninguém o represente ou esteja autorizado a falar em seu nome; que não reconheça a centralidade de nenhum ator social mundial; que careça de parâmetros ideológicos claros ou de uma definição muito precisa contra o que ou a favor do que se orienta na luta; e que busca uma articulação horizontal de gestão e ação) estejam em ampla sintonia com as características dos chamados “novos” movimentos sociais surgidos nas últimas décadas. Estes, por sua vez, e do mesmo modo que as ONGs, as redes de ativistas, e inclusive os “velhos” movimentos sociais, não adquiriram uma dimensão transnacional a partir do contato com –ou da participação no– FSM. De fato, faz tempo que a maioria deles –e sem dúvida os que mais gravitam–, em maior ou menor medida, vêm transnacionalizando-se como resultado da reorganização espacial das relações sociais e de poder inerente ao conjunto dos processos de globalização (Held et al., 1999; Scholte,

2002). Visível nas orientações, recursos e tipos de ação coletiva (Tarrow, 2001; Sikkink, 2003), essa transnacionalização dos movimentos e organizações sociais ganha ainda mais evidência quando, no plano prático, obtêm o reconhecimento progressivo como atores significativos da política internacional nas respectivas áreas temáticas de atuação (O'Brien, Goetz, Sholte e Williams, 2000; Edwards e Gaventa, 2001); e no plano teórico, quando seu acionar desencadeia renovados debates acerca do status conceitual e analítico de noções controversas com as quais se vinculam, tais como sociedade civil internacional ou global, cidadania planetária e democracia global ou cosmopolita (Colas, 2002; Cox, 1999; Scholte, 2001; McGrew, 2002; Holden, 2000; Gómez, 2003a). De todos os modos, o que não se pode esquecer é a natureza singular do movimento altermundialista, um sujeito político em “estado nascente” e ainda não plenamente identificado, que se caracteriza por uma irreduzível heterogeneidade de concepções, estratégias, interesses, recursos, organizações, sinais de identidade e representações sociais, geográficas e culturais. Tampouco se pode ignorar o fato fundamental de que é “o movimento dos movimentos”, em plena fase ascendente pós-Seattle e com todas as suas características, limitações e potencialidades transformadoras, que pré-existe e constitui o FSM, e não o contrário (Wallerstein, 2002; Aguiton, 2001a; Seone e Taddei, 2001). E isso sem impedir que se estabeleça entre ambos uma relação de interdependência e de fortalecimento mútuo de difícil distinção, e que o mesmo FSM ganhe importância estratégica como principal pólo aglutinador e vetor disseminador do movimento altermundialista.

Por sua vez, como entender a gênese, as fases de desenvolvimento, a significação e o alcance dos impactos –para “dentro” e para “fora”– do movimento e do FSM, se os dissociamos do contexto global, regional e nacional em que se inscrevem? Afinal, é no âmbito do atual estágio da globalização capitalista neoliberal, de suas conseqüências negativas, contradições e crises, assim como do leque de constrangimentos e oportunidades de ação (abertas pelos processos e acontecimentos da política mundial desde a década passada), que se compreende, em primeiro lugar, a multiplicação simultânea de formas diferenciadas de mobilizações, resistências e lutas, abarcando atores sociais “novos” e “velhos” em diferentes partes do mundo; e, em segundo lugar, as primeiras iniciativas voltadas para a criação de espaços de confluência e de ação comum (Aguiton; 2001a; Taddei e Seoane, 2001). Do mesmo modo, é no cenário turbulento e adverso dos últimos anos que o movimento em geral, e o FSM em particular, tiveram que enfrentar verdadeiras “provas de fogo” (políticas de difamação e criminalização pelos governos, impacto desmobilizador inicial dos atentados terroristas de 11 de setembro e da resposta imperial da “guerra infinita”, tentativas de cooptação e divisão, apropriação

de conceitos, etc.) (Gómez, 2003b; Houtart, 2003). Além disso, é somente a partir da especificidade dos contextos regionais, nacionais e inclusive locais que se pode entender a origem e as repercussões desiguais do processo de expansão geográfica, social e cultural. Justamente a cidade de Porto Alegre foi eleita sede do primeiro FSM em razão de seu simbolismo político: situada no Sul subdesenvolvido, na região de maior conflituosidade e oposição social às políticas neoliberais, em um país que conta com uma densa trama de movimentos e organizações sociais (principalmente o Movimento Sem Terra [MST] e a Central Única dos Trabalhadores [CUT]), e que era governada pelo PT, um partido de esquerda que promovia no âmbito local formas democrático-participativas originais –o conhecido Orçamento Participativo–, ao mesmo tempo em que crescia no plano nacional como alternativa eleitoral de poder (Sader, 2003). Por isso não surpreende que os três primeiros Fóruns tenham tido uma repercussão mais favorável na América Latina e na Europa ocidental (tal como o lembra a origem franco-brasileira da iniciativa) do que na Europa Oriental, África e Ásia. Tampouco surpreende a existência de relações ambíguas, por vezes tensas e muito próximas, entre o Comitê Organizador de ONGs, os movimentos sociais brasileiros (de gravitação decisiva na dimensão organizacional do processo) e o PT, cujo papel do ponto de vista de infra-estrutura e financeiro –embora não político-organizativo– foi decisivo para a realização dos três encontros².

A terceira tentação, derivada em grande parte das duas anteriores, consiste na tendência a reduzir a multiplicidade e a superposição de clivagens e tensões políticas e ideológicas que atravessam o “movimento de movimentos” e os diversos níveis de construção e funcionamento do FSM, a um ou a alguns deles. Os principais eixos de conflito não são difíceis de identificar: tipo e grau de representação (em termos de região, país, classe, religião, sexo, raça, etnia,

2 O ponto culminante dessa ambigüidade relacional foi alcançado na edição de 2003, em razão do convite oficial a Lula, na sua condição de presidente recém-eleito do Brasil, e do discurso que pronunciou diante de uma massa exultante de participantes, no qual anunciava que no dia seguinte viajaria a Davos como uma espécie de “porta-voz” informal do FSM na reunião do Fórum Econômico Mundial (Waterman, 2003). Parece desnecessário insistir que esse jogo de recuperação partidária-governamental do PT não pôde se reproduzir em Mumbai –o que não significa que ali, como em outros fóruns, não haja divisões e jogos explícitos de recuperação entre partidos políticos e movimentos sociais–, em função das críticas que vêm suscitando no movimento altermundialista a opção do governo de Lula de continuar –e em alguns aspectos aprofundar– a política econômica neoliberal de seu predecessor, Fernando Henrique Cardoso. A prova é que Lula não viajou para Davos, embora vários ministros lá estivessem presentes, e visitou a Índia logo depois da conclusão do Fórum, dando continuidade à iniciativa inter-governamental bem sucedida do G22 na reunião da OMC em Cancún. Resta saber qual impacto terá tudo isso em 2005, com a volta do Fórum a Porto Alegre. Sobre o papel decisivo do PT no financiamento dos três eventos, através do apoio das instâncias e agências de governo que administra, ver a lista de patrocinadores no site oficial do FSM.

idade, setores sociais, grupos político-ideológicos); transparência e democracia interna tanto na base do movimento altermundialista como na composição das instâncias organizadoras (Conselho Internacional e Secretaria Internacional/Comitê Organizador) do Fórum; tensões e contradições entre as formas de luta privilegiada (institucional ou direta) e também entre os níveis local, nacional, regional e global da ação coletiva; conflituosidade permanente entre a afirmação de identidades particulares dos diferentes componentes e a necessidade de construir amplas alianças e confluências; clivagens entre as formas organizativas mais horizontais e “leves” de movimentos sociais, ONGs e redes de ativistas, e as formas sindicais e partidárias mais verticais e “densas”; intervenção aberta e crescente de partidos nacionais e institucionais internacionais, não obstante sua exclusão, na qualidade de organizadores ou de organizações, explícita na Carta de Princípios; acentuadas divergências estratégicas com respeito ao horizonte de reforma ou de ruptura com o capitalismo global e sua arquitetura institucional de poder; concepções políticas divergentes sobre o próprio modelo organizativo do FSM; clivagens de interesses e visões Norte/Sul e Ocidente/não-Ocidente na constelação de ONGs, movimentos sociais e redes de ativistas transnacionais, combinados freqüentemente com fortes laços de dependência e desigualdade por parte das organizações procedentes de países do Sul ou não-ocidentais; enfim, relações ambíguas, quando não promíscuas, de ONGs, redes e movimentos sociais particulares com Estados, instituições internacionais e firmas multinacionais, em complicados jogos de interesses, cooperação e cálculo mediático.

A simples enunciação desta lista não exaustiva de tensões e conflitos constitutivos releva a impossibilidade de que estes sejam resolvidos através de opções que se apoiem em um ou em alguns deles. Nesse sentido, cabe reconhecer o lado virtuoso do modelo político atual do FSM, já que soube conviver, desde o início, com a totalidade desses conflitos, e isso em grande medida graças ao inteligente pragmatismo dos organizadores, que não caíram na ilusão de pretender “resolvê-los”, seja pagando o preço da atomização absoluta que paralisa qualquer iniciativa de ação comum (em particular, a própria realização dos eventos), seja o da radicalização de relações de força internas mediante uma fórmula que se pretenda hegemônica e que, inexoravelmente, conduz ao isolamento e à exclusão. No entanto, reconhecer o virtuosismo originário do modelo implica desconhecer sua inadequação crescente ou, melhor ainda, seu esgotamento real para responder com legitimidade e eficácia aos desafios impostos pela nova fase de mundialização do FSM e pelo contexto político global. As informações e impressões que chegam da experiência de Mumbai são reveladoras a esse respeito: além do êxito e das inovações em matéria de concepção e participação, não houve avanços no debate substancial, estraté-

gico e organizacional. Diante dessas circunstâncias, não é difícil prever que a manutenção do modelo vigente não fará mais do que elevar os riscos –em si já bastante marcantes– de desagregação e impotência política que até agora tanto se buscou evitar. É por essa razão que se revela necessário deter-se na questão condensadora do modelo político, não sem antes retomar o tema da novidade histórica do FSM.

UMA AMBÍGUA E RADICAL NOVIDADE

A novidade do FSM não provém do caráter transnacional das ações e dos objetivos que as orientam, pois importantes movimentos sociais internacionais –o movimento trabalhista e as internacionais socialistas, em especial– não só tiveram uma longa e rica experiência anterior, como deixaram suas marcas profundas na história do mundo dos últimos 150 anos (Walterman, 1998; Colás, 2001). O novo, em compensação, como é sublinhado por um dos mais perspicazes intérpretes do fenômeno, radica no fato de ser “inclusivo” tanto no que concerne a suas escalas de ação como a suas temáticas. Isto é, ser eminentemente global, sem deixar de dar abrigo a movimentos e organizações sociais locais, nacionais e regionais supranacionais, e, ao mesmo tempo, ser intertemático e até transtemático (Sousa Santos, 2003: 4).

Na realidade, a primeira novidade surge com a mera existência do FSM. Com efeito, em tempos de uma esmagadora utopia hegemônica que durante décadas proclamou *urbi et orbi* a morte das utopias adversárias com o argumento falaz de que “não há alternativa” à globalização neoliberal (nem “salvação” fora dela, como acrescentou há alguns anos o ex-presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso, quando jogava deslumbrado com a “3ª Via” periférica), o fato de se ter criado esse espaço multitudinário de forças sociais, não apenas para contestá-la em sua forma, conteúdo e conseqüências negativas, mas, fundamentalmente, para intercambiar experiências de luta, debater idéias e articular ações em busca de alternativas orientadas para uma orientação contra-hegemônica, significa a volta da esperança e da possibilidade de uma sociedade e de um mundo melhor (Houtart, 2001; Cassen, 2003), isto é, o ressurgimento da utopia crítica. Uma utopia que encontrou a tradução perfeita no lema que presidiu o I FSM de Porto Alegre: “Outro mundo é possível”. Mas uma utopia que emerge sobre bases estruturais e sociabilidades muito diferentes daquelas que tiveram lugar no século XIX, cujos legados a respeito da ação política estratégica, do sujeito histórico de mudança e do modelo de sociedade que canalizariam as energias de emancipação social, ainda pesam na tradição marxista e nas esquerdas em geral (Sousa Santos, 2003).

Com a finalidade de decifrar a novidade do FSM –que não se deixaria capturar pelas categorias convencionais das ciências sociais e que colocaria, portanto, sérios problemas teóricos, analíticos e epistemológicos–, Boaventura de Sousa Santos propõe um esquema interpretativo baseado em duas operações epistemológicas que funcionam como tipo ideal: as chamadas *sociologia das ausências* e *sociologia das emergências* (Sousa Santos, 2003). A sociologia das ausências assinala a identificação de cinco lógicas através das quais os critérios hegemônicos de racionalidade e eficiência, inerentes à modernidade capitalista ocidental, evitam a existência de experiências sociais porque não são reconhecidas ou legitimadas pelo cânone dominante. São as denominadas *monoculturas* do conhecimento: as do tempo linear, da naturalização das diferenças, da escala dominante e da produtividade. Essas monoculturas produzem, respectivamente, *formas sociais de inexistência* (as do ‘ignorante’, do ‘residual’, do ‘inferior’, do ‘local’ e do ‘não-produtivo’), diante das realidades julgadas relevantes e primordiais (do ‘científico’, do ‘avançado’, do ‘superior’, do ‘global’ e do ‘produtivo’) (Sousa Santos, 2003). Assim, ao se confrontar com as monoculturas dominantes, a sociologia das ausências trabalha tendo em vista substituí-las por cinco *ecologias* que, evocando a multiplicidade e a não-destruição, reconstroem práticas sociais que não se encaixam ou que carecem de credibilidade nas práticas hegemônicas: as de conhecimentos, temporalidades, reconhecimentos, transescalas e produtividades, compartilhando todas elas “a idéia de que a realidade não pode ser reduzida ao que existe” (Sousa Santos, 2003: 20). Paralelamente, a sociologia das emergências, diferentemente da sociologia das ausências que individualiza e valoriza experiências sociais consideradas inexistentes pela racionalidade e pelo conhecimento hegemônico, propõe-se a identificar, apoiada no conceito do ainda não (*not yet/pas encore*), de Ernest Bloch, as possibilidades do futuro inscritas no presente, através de sinais, pistas e tendências. Em síntese, trata-se de uma espécie de investigação de alternativas contidas no horizonte de possibilidades concretas, cuja dimensão ética e subjetiva, própria de uma consciência antecipadora e não-conformista, junto às expectativas sociais radicais, desencadeia e sustenta um processo de reinvenção das emancipações sociais, no plural.

A partir desses dois tipos ideais epistemológicos, Boaventura de Sousa Santos chega à conclusão de que o FSM expressa, *de facto*, um exercício amplo e permanente –ainda que, por certo, muito desigual entre os movimentos e as redes de articulação social– tanto da sociologia das ausências (processo de desconstrução e reconstrução, que rejeita as monoculturas e adota as ecologias) como da sociologia das emergências (busca de alternativas de futuros possíveis de uma globalização contra-hegemônica). Radica aí a fonte inequívoca do novo, junto com a dimensão utópica antes apontada de um imaginário de-

mocrático radical baseado na diversidade, a horizontalidade e a transescala. Mas a novidade do FSM não termina aí, projetado-se também no nível estritamente político. Um nível que, em última análise, apresenta-se “como campo de tensões e dilemas, onde o novo e o velho se confrontam entre si” (Sousa Santos, 2003: 26), sendo que o novo corre por conta da emergência de três grandes vetores: uma ampla concepção do poder e da opressão (que se traduz na embrionária forma organizacional adotada pela Carta de Princípios, de rejeição às hierarquias e às lideranças e de ênfase em articulações horizontais em redes facilitadas pela Internet); a equivalência do princípio de igualdade e de reconhecimento da diferença como ideal emancipador; e, finalmente, o privilégio da rebelião e do não-conformismo em detrimento da revolução (ou, pelo menos, daquelas concepções insurrecionais de comando vertical e de objetivo estratégico guiadas por uma teoria única, que ainda prevalecem na tradição de esquerda revolucionária) (Sousa Santos, 2003: 28-29).

Sem compartilhar necessariamente do mesmo mapa de questões, conceitos e conclusões de análises, não se pode deixar de reconhecer que o esquema interpretativo de Boaventura de Sousa Santos é uma contribuição inovadora e uma referência obrigatória para o debate. Ainda mais em momentos em que a estratégia de mundialização do FSM, tal como acaba de revelar a experiência de Mumbai, o coloca frente a situações continentais, regionais, nacionais e locais que o resto do mundo desconhece e ignora em razão daquilo que está na origem das sociologias das ausências e das emergências. Em todo caso, o que importa ressaltar é que, ao se mobilizar em nome das exigências normativas de justiça, democracia, diálogo intercultural e segurança humana no mundo contra as forças, instituições e símbolos da “ordem” capitalista neoliberal e da guerra imperial, esta constelação de movimentos e organizações sociais que convergem para o FSM assume um caráter nitidamente contra-hegemônico. Poder-se-ia dizer que, diante da globalização “por cima” conduzida pelo bloco imperial de forças, instituições e idéias (com suas contradições e assimetrias, ultimamente exacerbadas em razão da guinada bélica e unilateral da política externa norte-americana), configurou-se uma globalização “por baixo”, que, apesar da brutal assimetria na correlação de forças existentes, erige-se num embrionário contrapoder. Não obstante as limitações, ambigüidades e inconsistências de todo tipo, o certo é que o movimento está orientado por propósitos emancipadores amplos que o levam a se identificar com as mais diversas lutas de povos, classes, grupos e setores subalternos contra a ordem hegemônica mundial.

TRAJETÓRIA VERTIGINOSA

Sabe-se que, em sua breve existência, o FSM conheceu uma expansão imprevista e veloz. Os três encontros consecutivos de Porto Alegre, e o recente, de Mumbai, mostram o aumento contínuo do número de participantes, delegados, oficinas de trabalho, países representados e correspondentes de imprensa (ver Quadro 1). Sem falar, por certo, dos fóruns paralelos (como o Parlamentar e o de Educação) e dos inumeráveis espaços e atividades informais (como o Acampamento Intercontinental da Juventude) que aconteceram sem nenhum registro oficial.

QUADRO I

	Participantes	Delegados	Países	Oficinas de Trabalho	Correspondentes	Acampamento
I FSM	20.000 (1.504 ext. 1.484 nac.)	4.700	117	420	1.870	2.000
II FSM	20.000 (5.427 ext. 6.847 nac.)	12.274	123	622	3.356	sem dados
III FSM	100.000 (7.717 ext. 13.046 nac.)	20.763	130	1.286	4.094	25.000
IV FSM	120.000 (20.000 ext. 55.000 nac.)	75.000	132	1.200*	3.200**	sem dados

Fonte: Site oficial do FSM (2004).

* Trata-se de atividades autogeridas menores (oficinas, seminários, reuniões, etcetera). A novidade de Mumbai foi a de incorporar ao programa, junto com os 13 eventos (conferências, painéis, mesas-redondas e reuniões públicas) do Comitê Organizador indígena, 35 eventos maiores de atividades autogeridas por parte das organizações inscritas.

**Estiveram representados 644 órgãos de imprensa procedentes de 45 países.

Do mesmo modo, em 2002 e 2003 assiste-se à multiplicação de fóruns regionais, temáticos, nacionais e locais em diferentes partes do mundo, alcançando vários deles (as duas versões do FSE, o de Hyderabad, na Índia, ou os da Argentina, Equador e Colômbia, na América Latina) níveis significativos de mobilização e repercussão na opinião pública. Além disso, o calendário

de convocações já anunciadas no site do FSM permite rever o mesmo ritmo febril durante 2004.

Em termos de expansão geográfica, os três encontros de Porto Alegre apontaram, contudo, um pronunciado déficit de participação proveniente da África, Ásia, Europa do Norte e do Leste, países árabes e muçulmanos, e inclusive de várias regiões e países da América Latina. Vale dizer, conservaram um perfil predominantemente sul-americano e da Europa do Sul³. Com respeito ao perfil social e cultural dos participantes, os dados disponíveis do III FSM apontaram um esmagador predomínio ocidental (tal como se depreende das principais delegações por países e da porcentagem de brasileiros [85,9%] e estrangeiros [14,1%], sendo que a absoluta maioria dos estrangeiros [13,1%] provinha da Argentina) sobre o total dos participantes, de classe média educada (quase 75% com educação superior incompleta, completa e pós-graduação), majoritariamente de meia idade (quase 40% dos inscritos tinha entre 14 e 24 anos, dos quais 68,5% estava acampado e 13% eram delegados) e com uma participação igualitária entre os sexos (51% eram mulheres e 49%, homens) (FSM, 2003: Vol. 5). Resultado que na realidade não surpreende, pois em linhas gerais reproduz o perfil prevalecente do ativismo transnacional desde o início dos anos 1990: homem branco, do hemisfério Norte, de classe média, cristão e urbano (Scholte, 2001). Já em termos de representatividade setorial, o arco diferenciado de movimentos sociais, organizações e redes de ativistas não cessou de se ampliar. Entretanto, chama a atenção a baixíssima participação de movimentos populares e de excluídos, o interesse tardio e ainda tímido do movimento trabalhista (estiveram presentes as principais Confederações mundiais –não obstante, algumas delas, mais preocupadas com o impacto mediático, participaram simultaneamente do Fórum Econômico Mundial (FEM) de Davos–, certas centrais nacionais e sindicatos independentes), e a relativa baixa participação dos movimentos ambientalistas e feministas.

Em Mumbai, produziu-se um verdadeiro salto qualitativo em matéria de expansão geográfica, social, setorial e cultural do FSM. Da multidão verificada na capital econômico-financeira da Índia, 90% dos participantes eram do país e 10% estrangeiros, contando com numerosas delegações de países asiáticos (Paquistão, Nepal, Sri Lanka, Filipinas, Coreia do Sul, Tailândia, Malásia, Japão, China, Indonésia). Como não podia deixar de ser, foi um encontro caracterizado pela imensa diversidade entre culturas e povos não-ocidentais

3 O perfil predominante europeu-latino-americano dos três encontros de Porto Alegre revela-se na distribuição por países das delegações mais numerosas: em 2001, as cinco primeiras são Brasil, Argentina, França, Uruguai e Itália; em 2002, Brasil, Argentina, Itália, França e Uruguai; e em 2003, Brasil, Itália, França, Argentina e Estados Unidos (ver Memória dos Fóruns no site do FSM).

(como reflete o reconhecimento de treze línguas do evento: hindu, marathi, tâmil, telugu, bengalês, tailandês, japonês, coreano, bahasa indonésia, francês, inglês, espanhol, malayalam), com poucos “brancos” e um viés radicalmente anti-etnocentrista. A isso somou-se a presença massiva e variada de movimentos populares e de excluídos (cerca de vinte mil dalits –os intocáveis, sem casta, que constituem mais de 10% da população indiana– virtualmente acamparam no espaço do fórum e ali fizeram seu congresso), manifestando e levantando lutas específicas contra relações e estruturas de exploração, opressão e discriminação étnica, racial, tribal, religiosa, sexual, econômica, política ou cultural. Além disso, no plano organizacional conseguiu-se, além das divisões ideológicas, político-partidárias e setoriais, a unidade de ação na diversidade, introduzindo inovações de concepção, de metodologia de trabalho e de conteúdo temático (notável ampliação do leque de representação de organizações sociais e partidárias no Comitê Organizador, peso maior das atividades autogeridas, temas do racismo e das castas, da intolerância religiosa e nacionalista, da questão da mulher, etc.) (Murthy, 2004; Haddad, 2004; Ferrari, 2004; Villanueva, 2004; Weber, 2004).

O sucesso da quarta edição anual confirma o acerto da estratégia de “asiatizar” o FSM, isto é, de disseminá-lo num país de mais de um bilhão de habitantes, encravado num continente que representa a metade da população mundial. Sem dúvida, deu-se um passo gigantesco no processo de sua própria mundialização. Chamado a ser fonte permanente de interpeção e de aprendizagens, as lições de Mumbai são múltiplas, sobretudo no que se refere a uma concepção organizacional mais representativa, ao papel primordial das atividades autogeridas, ao potencial de mobilização e de participação popular e ao imperativo do diálogo intercultural em igualdade e respeito (ainda que as dificuldades de tradução de códigos culturais e lingüísticos tenham sido enormes). Como adverte um observador, “um leque sócio-cultural-generacional-setorial tão imponente como a multidão que transborda o Nescoa Ground. Uma composição que vai muito além do grupo de oito organizações brasileiras que convocaram originariamente o primeiro FSM de 2001. Que supera amplamente a representatividade atual do Conselho Internacional do FSM. E que obrigará a repensar o futuro do mesmo Fórum a partir de novas coordenadas e parâmetros participativos que viveram nesta edição de Mumbai uma verdadeira explosão multiplicadora” (Ferrari, 2004). No entanto, Mumbai não é um modelo a ser copiado. E não poderia sê-lo, não só porque nessa experiência expressaram-se as singularidades e as complexidades da Índia, mas porque, além de serem contabilizados vários aspectos negativos (precariedade de infra-estrutura, falhas graves no sistema de tradução, separação do acampamento da juventude do

espaço do Fórum, sobreposição, pouco debate e repetição de temáticas de edições anteriores nas conferências e painéis centrais, escassa repercussão na imprensa internacional), houve pouco ou nenhum avanço no debate substantivo, de formato e de eficácia estratégica do FSM. A prova está na própria resolução do Conselho Internacional, reunido ao final do encontro, postergando para sua próxima reunião no mês de abril, na Itália, o tratamento e as definições de temas centrais do debate (critérios para admissão de novos membros, financiamento, metodologia de trabalho, formulações de planos de ação, etc.) (Conselho Internacional do FSM, 2004). Em suma, por mais significativos que tenham sido os avanços e as lições de Mumbai, o FSM continua padecendo de sérios déficits, desequilíbrios e ausências em termos de representatividades geográfica, social, setorial, setorial, cultural e de orientações políticas, assim com uma preocupante impotência política. Tudo isso leva às questões mais delicadas e cruciais do modelo político que, *grosso modo*, as discussões atuais concentram: a do formato organizacional e sua vinculação direta com a democracia interna e a agenda política do FSM (Sousa Santos, 2003).

CRISES E RECONSTRUÇÃO DE UM MODELO POLÍTICO SEM MODELOS

O modelo político do FSM está imerso numa grave “crise de crescimento” cujos efeitos paradoxais saltam aos olhos. Por um lado, confirma-se a validade dos princípios que o constituem e sustentam (horizontalidade sem comando centralizado, respeito à diversidade, exclusão de organizações que proclamam a luta armada, etc.) e sua adequação à natureza do movimento altermundialista em constante expansão. Por outro lado, a forma organizativa e operacional do modelo mostra-se cada vez menos apropriada e eficaz para enfrentar e superar tanto as distorções e desequilíbrios internos do processo como os sinais de impotência política externa. O paradoxo maior, contudo, radica no fato de que o modelo em crise carece de modelos para seguir (a não ser em sentido negativo, a fim de evitar a repetição e o destino de fórmulas internacionalistas anteriores, como a I Internacional, com as quais se podem encontrar similitudes) (Houtart, 2003; Waterman, 2003). Assim, diante da situação dilemática que o FSM enfrenta, na qual o aumento de participação contestatária (que mede o êxito de sua convocação) gera o aumento na diversidade de seus componentes (que obstaculiza o consenso sobre propostas de ação comum), não parece existir outra saída a não ser recorrer à experimentação –com uma alta dose de invenção e imaginação– e a um exercício constante de avaliação e debate sobre o próprio processo de constituição.

Embora as motivações e as propostas difiram, há uma percepção generalizada de que o formato vigente precisa ser profundamente revisado. Questiona-se a dimensão alcançada pelos fóruns anuais, pois sua envergadura os torna cada vez mais inadministráveis, com problemas crescentes de financiamento e de participação efetiva em atividades e debates. O III FSM de Porto Alegre e o IV, de Mumbai, são eloqüentes a esse respeito; como alguém disse ao participar deste último, “se isto continua, teremos que nos reunir em estádios” (Savio, 2004). Entre as soluções que se oferecem, umas propõem restringir o evento anual a não mais de vinte mil pessoas e canalizar a participação de massa para fóruns regionais e temáticos, em estreita interação com os nacionais e locais (Savio, 2004; Albert, 2003; Waterman, 2003). Outras objeções apontam para a periodicidade, argumentando-se que é necessário tempo não só para prepará-los, como também para decantar resultados e esperar o retorno desde a base dos movimentos, organizações e redes. Tampouco escapa da crítica a estrutura de programação, que privilegia as atividades centralizadas (em especial, as conferências plenárias) do CO e do CI, de custos altíssimos e de duvidosa fecundidade (sem falar das disputas entre os organizadores pelos conferencistas convidados), em detrimento das atividades descentralizadas autogeridas, cujas temáticas, discussões e maior participação refletem a diversidade das lutas, a riqueza de conhecimentos e a elaboração incessante de propostas contra-hegemônicas que surgem do seio do movimento altermundialista (Cassen, 2004; Sousa Santos, 2003; Waterman, 2003). Além de propor a inversão das prioridades programáticas, esta crítica revela as hierarquias e intransparências na participação do evento global, enquanto avança em direção à espinhosa questão de “quem governa” no plano organizacional.

Embora o FSM seja, por natureza e princípios, um espaço aberto, plural e horizontal, em última instância, irrepresentável, o CI e os Comitês Nacionais Organizadores (o brasileiro e, depois de Mumbai, o indiano) constituem corpos permanentes que, em seus objetivos gerais e na divisão de tarefas –de direção político-estratégica, o primeiro, e de organização executiva, os segundos–, têm assumido, queira-se ou não, uma função de representação do conjunto do Fórum. Ocorre, contudo, que a composição inicial de ambos (primeiro do CO brasileiro, e depois, a convite deste último, do próprio CI) respondeu a mecanismos de cooptação: seus membros não foram eleitos, não representam senão a si mesmos, e não são responsáveis diante de ninguém. Em conseqüência, a estrutura organizacional do FSM reproduz de forma acentuada (especialmente em seu órgão político por excelência, o CI) desequilíbrios, distorções e ausências de representação regionais, setoriais, temáticas e de orientações políticas distintas (escassa participação da África

e dos países árabes e muçulmanos, forte presença de grandes ONGs internacionais, sindicatos e redes feministas, ausência de movimentos da juventude, de reivindicação negra, etcetera)⁴. Ao operar como um espaço de poder atravessado de influências, tensões e contradições múltiplas e desiguais (entre os CO nacionais e o CI, entre os diferentes componentes do CI, entre as instâncias organizadoras e os movimentos e organizações fora delas), onde as regras e os critérios de incorporação e funcionamento ainda não foram definidos de modo claro e preciso, não é de estranhar que os imperativos proclamados de transparência, responsabilidade e democracia interna continuem sendo promessas não cumpridas⁵. Daí as sugestivas propostas de alguns autores, visando aprofundar a natureza democrática do modelo político do FSM através de estruturas e procedimentos mais abertos e inclusivos em matéria de representação e participação (inclusive fixando cotas provisórias para categorias sub-representadas), uma imbricação maior entre os fóruns globais, regionais, nacionais e locais, e um amplo uso das possibilidades da ciberdemocracia para promover debates e referendos sobre o próprio formato organizacional e sobre decisões de cunho estratégico (Waterman, 2003; Albert, 2003; Sousa Santos, 2003). Com isso se ganharia congruência entre a estrutura e o funcionamento real do FMS, e a radicalidade democrática do imaginário e do significado histórico inerente a seu nascimento. Mas se ganharia, sobretudo, uma condição fundamental de eficácia da ação contra-hegemônica: mais credibilidade e legitimidade “para dentro” e “para fora” do movimento altermundialista.

Uma parte considerável das críticas ao modelo está concentrada, precisamente, na falta de uma ação anti-sistêmica eficaz. De fato, o contraste não poderia ser maior entre os obstáculos do CI para alcançar convergências nos temas e estratégias de ação comum, e a evidência inquietante de que a globalização capitalista neoliberal e a guerra imperial, cada vez mais estreitamente vinculadas entre si, não interromperam nem sua caminhada nem suas consequências sociais, econômicas, geopolíticas, culturais e ambientais negativas. E não se vislumbram, num horizonte próximo, sinais de mudança favorável na correlação de forças em escala mundial. É certo que avaliar a eficácia de uma ação contra-hegemônica consiste em algo extremamente complicado.

4 Sobre a lista de organizações que fazem parte do CI, ver o site do FSM.

5 Com passos tímidos e falta de resultados substanciais, o CI tomou nos últimos dois anos uma série de medidas que pretendem avançar nessa direção, entre as quais cabe mencionar a estratégia de globalização do FSM (fomentando fóruns descentralizados regionais e temáticos, além da transferência da quarta edição anual para a Índia) e a constituição de seis comissões encarregadas de sistematizar e adiantar propostas nas respectivas áreas (Expansão, Finanças, Estratégia, Comunicação, Metodologia, Temáticas e Conteúdos).

No momento, a afirmação categórica sobre a ineficácia política do FSM e, em última análise, do movimento altermundialista, deveria ser matizada, já que ambos demonstraram ter capacidade para produzir importantes efeitos “para dentro” e “para fora”. “Para dentro” porque, apesar do contexto político adverso dos dois últimos anos, o FSM continuou, e os protestos sociais não só não pararam como se ampliaram depois do 11 de setembro, incorporando o tema da guerra e de suas implicações globais e regionais (entre outras, o do grave retrocesso do regime internacional de direitos humanos e as restrições às liberdades democráticas por parte dos dispositivos de segurança interna e global impulsionados pelo governo norte-americano). Nesse sentido, a realização do II FSM de Porto Alegre e a histórica jornada do protesto mundial de 15 de fevereiro de 2003 (com a manifestação de milhões de pessoas em 600 cidades de 60 países) contra a invasão iminente do Iraque, são dois acontecimentos emblemáticos que mostram a potência e a potencialidade do movimento. E “para fora”, porque a continuidade das mobilizações sociais e a própria expansão do FSM revelam e ao mesmo tempo alimentam a crise de hegemonia –no sentido gramsciano de “espiritualização da dominação”– do bloco de poder imperial, um bloco constituído pelos estados centrais (sob a reforçada supremacia norte-americana), pelo capital transnacional, pelas instituições internacionais financeiras e de segurança, e pelo neoliberalismo como cimento ideológico principal (Cox, 1999). Inclusive o recente fracasso da reunião da Organização Mundial do Comércio em Cancún, devido à iniciativa liderada por determinados estados do Sul (encabeçados pelo Brasil, Índia e África do Sul), não poderia ter ocorrido se o clima da opinião política internacional e de muitas nações não estivesse previamente “sensibilizado” para as reivindicações e lutas levadas adiante pelo movimento altermundialista, através de seus diversos componentes, nos planos global e regional. No final das contas, se o “movimento dos movimentos”, em nome de uma sociedade civil global embrionária, irrompe e permanece na cena política mundial, é graças ao reconhecimento do papel político insubstituível que vem desempenhando para educar a opinião pública, desenvolver o debate público, canalizar a participação direta de cidadãos (sem discriminação de idade, sexo, religião, nacionalidade ou pertencimento social) e introduzir transparência e responsabilidade em diferentes instâncias estatais e interestatais (Scholte, 2003). Parece óbvio que o FSM, ao assumir os imperativos de democratização do poder e de exigência de transparência para fora, criaria condições ainda mais favoráveis para incorporar novos movimentos e organizações sociais e, ao mesmo tempo, para obter legitimidade e apoio público nas lutas que empreende.

De todos os modos, no quadro de uma expansão bem-sucedida do FSM, mas carente de vitórias tangíveis, parece inevitável que se multipliquem os

questionamentos a seu imobilismo estratégico e se dissemine a percepção –e o risco real– dos efeitos contraproducentes, para dentro e para fora, de uma impotência política prolongada. Nas palavras recentes da defensora da resistência não-violenta, Arundhati Roy, para evitar que tudo fique reduzido a um “teatro político” de fácil recuperação, “necessitamos urgentemente enfocar alvos reais, travar batalhas reais e infligir um dano real”⁶. Ou seja, são necessárias ações com forte impacto simbólico (como, por exemplo, o boicote a corporações que se beneficiem do negócio da “reconstrução” do Iraque destruído e ocupado após uma guerra ilegal, imoral e imperial), que mostrem e sustentem um salto qualitativo na mobilização social. Mas um salto que se alimente sem parar de propostas alternativas coerentes, consistentes e viáveis debatidas nos fóruns. Assim, junto com a prioridade do trabalho de memória, que resgata os resultados dos fóruns globais, regionais, temáticos, nacionais e locais, foi sugerida a elaboração de plataformas com essas propostas que, compreensíveis, reatualizadas e debatidas, funcionem no nível mundial como uma espécie de “Consenso de Porto Alegre”, e no nível regional e nacional como consensos complementares regidos pelo princípio de subsidiariedade (Cassen, 2004)⁷.

Desde logo, há posições que rejeitam qualquer proposição que implique deliberar, tomar decisões coletivas e levar adiante ações comuns, em nome da defesa resoluta dos princípios da CP e contra os perigos de instrumentalização partidária ou de centralismo político e ideológico que levariam a divergências insolúveis e à desagregação do movimento (Whitaker, 2003; Grzybowski, 2003a; 2003b). Que estes perigos são reais é o que prova a existência de tensões permanentes entre os partidos políticos (com suas tradições estratégicas, lógica organizacional vertical e, em última análise, uma forte inclinação à nacionalização e ao estado-centrismo da política) (Waterman, 2003) e os movimentos e organizações sociais que, zelosos de sua autonomia e das novas formas de representação, organização em rede e alianças, se vêem obrigados a buscar consensos para levar a cabo mobilizações específicas (Aguiton, 2001b; 2003). E isso sem falar da exacerbação de numerosas clivagens no conjunto do movimento quando se abordam questões contro-

6 Ver a reprodução do discurso no site do FSM.

7 Segundo esse mesmo autor, o trabalho de elaborar propostas suscetíveis de serem integradas ao “Consenso” e de serem objeto de ratificação deveria estar a cargo de estruturas *ad hoc* a serem inventadas, e que funcionariam fora dos Fóruns, para evitar confusões. Por outro lado, tais plataformas deveriam prevenir dois perigos: o das generalidades programáticas, de fácil recuperação por parte de qualquer tipo de partido ou governo, e da excessiva precisão programática, que desembocaria em programas de governo de determinados segmentos políticos inseridos no movimento (Cassen, 2004).

vertidas de estratégia e de ação política: reforma ou revolução, socialismo ou emancipações sociais, Estado como inimigo ou aliado potencial, lutas nacionais ou globais, ação direta ou institucional, princípio de igualdade ou princípio de respeito às diferenças (Sousa Santos, 2003). De fato, tais clivagens –freqüentemente sobrepostas– nunca serão “resolvidas” através do domínio de uma delas (ou de uma determinada variante) sobre as demais. Inclusive porque grande parte dos componentes não se reconhece na linguagem das mesmas, nem aceita ou acredita na existência de uma solução ou via única. Mas isso não implica que, diante do temor da instrumentalização, não se possam estabelecer relações pragmáticas com os partidos políticos, sempre e quando respeitem as regras e a singular novidade do FSM. Como tampouco implica que a crítica ao sistema de dominação global se prive de conseqüências práticas no plano da ação política. Trata-se então de assegurar a baixa intensidade das clivagens, a fim de alcançar a unidade estratégica do movimento, de modo que aquilo que o une seja mais importante do que aquilo que o divide (Sousa Santos, 2003). Resultado de esforços contínuos de debate, consensos e coordenação, essa tarefa primordial se alimenta, por um lado, dos princípios originários e do conjunto de propostas convergentes, e, por outro, de mobilizações com objetivos claros e pontuais, bases sociais crescentes e formas distintas de ação coletiva (protesto de rua, ação direta não-violenta, etcetera). Mas a condição de possibilidade e eficácia passa, mais do que nunca, pela reconstrução (e não por uma mera reforma parcial) do modelo político do FSM. Em tempos de guerra “preventiva” e de crise da globalização capitalista neoliberal, esse é um dos desafios cruciais do movimento altermundialista, único sujeito de transformação que reinventa a política em escala mundial, sem cair, por definição normativa e dinâmica própria, em retrocessos imperiais, nacionalistas, fundamentalistas ou reacionários (Aguiton, 2001b; 2003).

BIBLIOGRAFIA

- Aguiton, Christophe 2001a *Le monde nous appartient* (Paris: Plon).
- Aguiton, Christophe 2001b “Les mouvements de lutte contre la mondialisation libéral après le 11 septembre 2001” em *InfoAttac* (Montreal) N° 268, 25 de agosto.
- Aguiton, Christophe 2003 “Les réseaux font notre force” em *Alternatives Internationales* (Paris) N° 11.

- Albert, Michael 2003 *The WSF's Future*, ZNET. Disponível em <www.zmag.org/content/shoarticle.cfmSection> 23 de dezembro.
- Cassen, Bernard 2003 "ATTAC al ataque" em *New Left Review* (Madri) N° 19.
- Cassen, Bernard 2004 *Repenser le "format" des Forums sociaux, passer à l'acte politique*. Disponível em <www.france.attac.org> 14 de janeiro.
- Colás, Alejandro 2002 *International Civil Society* (Cambridge: Polity Press).
- Comitê Organizador e Conselho Internacional do FSM (CO e CI) 2001 *Carta de Princípios* (São Paulo).
- Conselho Internacional do FSM 2004 *Propuestas adoptadas en la reunión del CI/FSM el 23 de Enero de 2004 en Mumbai, India*. Disponível em <www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.asp/>.
- Cox, Robert W. 1999 "Civil Society at the Turn of the Millenium. Prospects for an alternative world order" em *Review of International Studies* (Cambridge: Cambridge University Press) Vol 26, N° 25.
- Díaz-Salazar, Rafael (ed.) 2002 *Justicia global. Las alternativas de los movimientos del Foro de Porto Alegre* (Barcelona: Icaria).
- Edwards, Michael e Gaventa, John 2001 *Global Citizen Action* (Boulder: Lynne Rienner).
- Ferrari, Sergio 2004 *Un FSM que va mucho más allá del simple folklore*. Disponível em <www.rebellion.org/sociales/o40119ferrari.htm> 19 de janeiro.
- FSM. Disponível em <<http://www.forumsocialmundial.org.br/>>.
- Gómez, José María 2003a "Entre potencialidades e limites, temores e esperanças. Notas sobre a sociedade civil e a globalização" em Garcia, Joana; Landim, Leilah e Dahmer, Tatiana (org.) *Sociedade e Políticas. Novos Debates entre ONGs e Universidades* (Rio de Janeiro: Revan).
- Gómez, José María 2003b "Fórum Social Mundial e os desafios do movimento social global" em *Desenvolvimento e Direitos Humanos. Diálogos no FSM* (São Paulo: Fundação Peirópolis/ABONG).
- Grzybowski, Cândido 2003a *Olhar atento sobre o FSM*. Disponível em <www.ibase.br/pubibase>.
- Grzybowski, Cândido 2003b "Por que pensar o Fórum Social Mundial?" em *Democracia Viva* (Rio de Janeiro) N° 14.
- Haddad, Sérgio 2004 *Mumbai 2004: um novo passo no Fórum Social Mundial*. Em <www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.asp/pagina=bal> 2 de fevereiro.
- Hardt, Michael 2002 "From Porto Alegre" em *New Left Review* (Londres) N° 14.
- Held, David et al. 1999 *Global Transformations* (Stanford: Stanford University Press).
- Holden, Barry (ed.) 2000 *Global Democracy. Key Debates* (London: Routledge).
- Houtart, François 2001 "La mundialización de las resistencias y de las luchas contra el neoliberalismo" em Seoane, José e Taddei, Emilio 2001 *Resistencias mundiales (de Seattle a Porto Alegre)* (Buenos Aires: CLACSO).
- Houtart, François 2003 "Forces et faiblesses de l'altermondialisation" em *Le Monde diplomatique* (Paris) novembro.
- McGrew, Anthony 2002 *Transnational Democracy: Theories and Prospects*. Disponível em <www.polity.co.uk/mcgrew.htm>.

- Monereo, Manuel; Riera, Miguel e Valenzuela, Pep (eds.) 2002 *Foro Social Mundial/ Porto Alegre 2002. Hacia el partido de oposición* (Málaga: El Viejo Topo).
- Murthy, P. K. 2004 *Entretien avec P. K. Murthy, membre du comité indien d'organisation*. Disponível em <www.france.attac.org/a2321> 16 de janeiro.
- O'Brien, Robert; Goetz, Anne Marie; Scholte, Jan Aart e Williams, Marc 2000 *Contesting Global Governance. Multilateral Economic Institutions and Global Social Movements* (Cambridge: Cambridge University Press).
- Roy, Arundhati s/d "Um arma que necesita ser afilada" em *Agencia Latinoamericana de Información, América Latina en movimiento*. Em <<http://www.alainet.org>>.
- Sader, Emir 2003 *A Vingança da História* (São Paulo: Boitempo).
- Sousa Santos, Boaventura de 2003 *The World Social Forum: Toward a Counter Hegemonic Globalization*. Disponível em <www.ces.fe.uc.pt/bss/documentos>.
- Savio, Roberto 2004 *Si ça continue, on se réunira dans des stades*. Disponível em <www.france.attac.org/a2331>.
- Scholte, Jan Aart (coord.) 2003 *Democratizar la Economía Global. El rol de la sociedad civil* (versão em castelhano) (Coventry: Universidade de Warwick). Disponível em <www.warwick.ac.uk/csgr>.
- Scholte, Jan Aart 2001 "Civil Society and Democracy in Global Governance" em *GSGR Working Paper* (Coventry) Vol.1, N° 65.
- Scholte, Jan Aart 2002 "What is globalization? The Definitional Issue - Again" em *Working Paper* (Coventry: University of Warwick) N° 109.
- Secretaria Internacional do FSM 2003 *FSM 2003: Conferências, Paineis, Atividades Autogeridas, Mesas de Diálogo e Controvérsia, Pesquisa Perfil de Participantes* (Rio de Janeiro: Ibase).
- Seoane, José e Taddei, Emilio 2001 *Resistencias mundiales (de Seattle a Porto Alegre)* (Buenos Aires: CLACSO).
- Skkink, Kathryn 2003 "La dimensión transnacional de los movimientos sociales" em Jelin, Elizabeth (org.) *Más allá de la nación: las escalas múltiples de los movimientos sociales* (Buenos Aires: Libros del Zorzal).
- Tarrow, Sidney 2001 "Transnational Politics: Contention and Institutions in International Politics" em *Annual Review of Political Science* (Saskatoon) N° 4.
- Villanueva, Javier 2004 *Un paso más en la movilización*. Disponível em <www.rebelion.org/sociales/040130villanueva.htm> 30 de janeiro.
- Wallerstein, Immanuel 2002 "New Revolts Against the System" em *New Left Review* (London) N° 18.
- Waterman, Peter 1998 *Globalization, Social Movements & the New Internationalism* (London: Mansell).
- Waterman, Peter 2003 *2nd Thoughts on the WSF: place, space and the reinvention of social emancipation on a global scale*. Disponível em <www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.asp/pagina=waterman2>.
- Weber, Louis 2004 *Impressions de Mumbai*. Disponível em <www.france.attac.org/a2350> 19 de janeiro.
- Whitaker, Francisco 2001. Disponível em <www.forumsocialmundial.org.br/main.asp/id>.

JOSÉ MARÍA GÓMEZ

Whitaker, Francisco 2002 *Fórum Social Mundial: origens e objetivos*. Disponível em <www.forumsocialmundial.org.br/main.asp/id>.

Whitaker, Francisco 2003 *Notas para o debate sobre o Fórum Social Mundial*. Disponível em <www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.asp/pagina=bal> 14 de março.

